



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Revestimento da parede dos elevadores do Subsolo 1 do Ed. Sede do TRESC em granito preto São Gabriel, contemplando readequações no forro de gesso e instalação de iluminação indireta em perfil de LED de sobrepor.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Justifica-se o revestimento da parede dos elevadores na área de recepção do Subsolo 1 em granito em razão da durabilidade (vida útil) do material, facilidade de manutenção, conservação e limpeza, em uma área que é muito acessada por servidores, colaboradores e magistrados da Justiça Eleitoral.

2.2. Objetivos e Benefícios

Espera-se que, após a execução dos serviços a serem contratados, a área de acesso aos elevadores do Subsolo 1 do Ed. Sede não requeira repinturas e manutenções frequentes.

2.3. Alinhamento Estratégico

SGP3.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os estudos preliminares foram juntados aos autos do PAE n. 14.425/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda a ser contratada foi levantada a partir de medidas retiradas no local da execução dos serviços pela equipe da Seção de Engenharia e Arquitetura, sem o cômputo de eventuais perdas de materiais.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Revestimento da parede dos elevadores na garagem do Subsolo 1 do Ed. Sede em granito preto São Gabriel, acabamento polido (quantidade = 15,58 m²), contemplando:

- preparação da parede para a instalação das placas de granito (raspagem e remoção completa da pintura existente) e retirada da poeira;
- instalação das placas de granito na parede (espessura 2cm), com argamassa colante tipo AC III ou para grandes formatos, conforme a paginação definida em projeto, em perfeita planeza, nivelamento e rejuntamento entre as placas com massa plástica própria para granito na cor preta;
- retirada de 40cm do forro de gesso junto a toda a extensão da parede (com máquina de corte), para viabilizar a instalação das placas de granito até o acabamento da moldura/sanca de gesso;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- refazimento do forro de gesso acartonado, com a execução de uma moldura/sanca (dimensões 10cm X 5cm – largura e altura), onde serão embutidos os perfis de LED para iluminação indireta;
- fornecimento e instalação de perfil de sobrepor LED linear, luz branco quente (3000K), 1400 lúmens por metro, 12v, com proteção em acrílico leitoso, cor externa branca, instalados no requadro da moldura de gesso;
- repintura de todo o forro de gesso com tinta látex acrílica na cor branca, duas demãos.

ATENÇÃO

- A empresa vencedora deverá executar os serviços de acordo com os documentos disponibilizados pelo TRESC, com perfeito acabamento. Deverá ser seguida a paginação das placas de granito indicada em projeto.
- ANTES do início da execução dos serviços, a empresa vencedora deverá conferir as medidas no local, bem como avaliar as condicionantes para sua execução.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Na presente contratação não haverá parcelamento, pois os serviços são interdependentes (o forro de gesso existente deve ser parcialmente removido para viabilizar a instalação das placas de granito na parte superior da parede dos elevadores). Para a melhor qualidade, acabamento e terminalidade na execução dos serviços, recomenda-se que a contratação seja conjunta. Sugere-se, assim, que a contratação seja licitada de forma global.

2.10. Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, será exigido:

Id.	Critério de Habilitação
1	Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional dos Técnicos – CRT, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.
2	Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT(s) e/ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT(s), Anotação de Responsabilidade Técnica – ART(s) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT(s) para acompanhar os serviços objetos deste Projeto Básico: a) O profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no CRT, CREA ou no CAU pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação (execução de revestimento em pedra). b) O profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração do TRESC.
3	Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação – execução de revestimento em pedra.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Recomenda-se que a modalidade de licitação a ser adotada seja o Pregão Eletrônico e o tipo seja o de menor preço ou da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando que se trata de serviço comum de engenharia.

2.12. Impacto Ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não há necessidade de adequação
Infraestrutura Elétrica	O TRE-SC será responsável pelo fornecimento de energia elétrica para a execução dos serviços.
Logística de Implantação	<ul style="list-style-type: none">Deverá ser destinada uma área no S1 para o armazenamento dos materiais a serem utilizados.Não poderá haver trânsito de pessoas pelos elevadores durante a realização dos serviços.A área de trabalho deverá ser cercada com fita zebra.O acesso às escadas permanecerá livre.O piso deverá ser protegido com papelão e plástico.
Espaço Físico	Não há necessidade de adequação
Mobiliário	Não há necessidade de adequação
Impacto Ambiental	<p>Os seguintes impactos ambientais podem ser decorrentes desta contratação:</p> <ul style="list-style-type: none">geração de poeira;geração e descarte de resíduos de construção e demolição. <p>Os resíduos de construção e demolição a serem retirados em decorrência da execução dos serviços devem ser recolhidos e descartados em locais autorizados pela Prefeitura Municipal.</p>

2.13. Conformidade Técnica

Os produtos adquiridos devem seguir os ditames de normas técnicas da ABNT, em especial:

ABNT NBR 15.844:2015 – Rochas para revestimento — Requisitos para granitos.

ABNT NBR 7.678:1983 – Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção.

ABNT NBR 5.410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão.

ABNT NBR 13245:2011 – Tintas para construção civil — Execução de pinturas em edificações não industriais — Preparação de superfície.

NBR 12554:2013 – Tintas para edificações não industriais — Terminologia.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;

Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.

2.14. Obrigações da Proponente

- 2.14.1 Recomenda-se à(s) empresa(s) proponente(s) realizarem visita técnica ao local onde serão prestados os serviços objeto deste Projeto Básico.
- 2.14.2 Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser previamente agendada pelo e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br ou telefone (48) 3251-7464, das 13 às 19h, junto à Seção de Engenharia e Arquitetura.
- 2.14.3 A visita técnica deve ser realizada pelo representante indicado pela empresa e acompanhada por representante do TRE-SC, designado para esse fim.
- 2.14.4 A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

2.15. Obrigações da Contratante

- 2.15.1 Autorizar o início dos serviços.
- 2.15.2 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela CONTRATADA, e sua aprovação pelo Contratante.
- 2.15.3 Promover a fiscalização da presente aquisição através da Seção de Engenharia e Arquitetura, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.15.4 Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.
- 2.15.5 Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou outro motivo que justifique tal medida.
- 2.15.6 Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.16. Obrigações da Contratada

- 2.16.1. Antes de iniciar a execução dos serviços, visitar o local para avaliar condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes.
- 2.16.2. Providenciar e entregar à Seção de Engenharia e Arquitetura/CIS/TRESC, antes de iniciados os serviços, o TRT, a ART ou o RRT devidamente pago(a), contemplando todos os serviços contidos neste Projeto Básico, bem como o número do contrato.
- 2.16.3. Executar os serviços sob a responsabilidade do profissional indicado no item 2.16.2.
- 2.16.4. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.5. Empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços.
- 2.16.6. Executar os serviços mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
- 2.16.7. Manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18 e legislações federais, estaduais e municipais relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 2.16.8. Seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como às normas locais, estaduais e federais pertinentes.
- 2.16.9. Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESA.
- 2.16.10. Fornecer, sempre que solicitado pelo TRESA, em até 15 dias, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato.
- 2.16.11. Dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRESA nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal.
- 2.16.12. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem.
- 2.16.13. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- 2.16.14. Responsabilizar-se pela proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega ao TRESA.
- 2.16.15. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência do TRESA.
- 2.16.16. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.16.17. Substituir o material/refazer o serviço, no prazo de 10 (dez) dias que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venha(m) a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que para a sua ocorrência não tenha contribuído - por ação ou omissão - o TRESA.
 - 2.16.18.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação.
 - 2.16.18.2. Correrão à conta da contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.
- 2.16.18. Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados em decorrência desta contratação, conforme art. 70 da Lei 8.666/93: *"O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado"*.
- 2.16.19. Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Relacionados no item 2.7 deste Projeto Básico.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Especificação	Marca / Modelo / Fabricante / Códigos Referência
Granito Preto São Gabriel, espessura 2cm, acabamento polido.	Sem marca específica.
Argamassa colante AC III ou argamassa para grandes formatos.	Argamassa AC3 Quartzolit Flexível Interno e Externo Cinza, 20kg, da Quartzolit ou similar. OU Argamassa Super Formatos e Pedras Especiais – Cinza, 20kg, da Ceramfix Argamassas e Rejuntas ou similar.
Placas em gesso acartonado padrão Standard, espessura 12,5mm, para forro.	Placa de <i>Drywall</i> branca standard (ST), espessura 12,5mm, largura 1200mm, comprimento 1800mm, da Placo Saint-Gobain ou similar.
Massa para gesso.	Massa pronta para gesso <i>Drywall</i> , 28kg, da Placo Saint-Gobain ou similar.
Tinta látex acrílica, qualidade PREMIUM, cor branca fosca.	Direto Gesso & <i>Drywall</i> Branco 18 litros, da Suvinil ou similar.
Perfil de sobrepor LED linear, cor quente (3000K), 1400 lumens/m, 12V, parte externa em alumínio na cor branca. Dimensões: 0,7 x 75 x 1,7 cm (altura, comprimento, largura).	Perfil de Sobrepor LED Linear 3000K 12W/m 12V 75x1,7cm Alumínio e Acrílico, da Portofino ou similar, código PF1151/75-12W-3000K.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.1.2. Códigos SIASG

1627 – Manutenção; reforma predial.

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo dos serviços.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica.

Florianópolis, em 1º de agosto de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC, a empresa deverá agendar visita técnica ao local de execução dos serviços para a conferência das medidas e avaliação das demais condicionantes do projeto.

Durante o andamento dos serviços, as dúvidas sobre os projetos poderão ser sanadas pela SEA.

A Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou sua substituta, ou seu superior imediato, acompanhará a execução dos serviços e receberá o objeto, conferindo as especificações descritas no Contrato.

A comunicação entre o TRESC e a Contratada poderá ocorrer pelos seguintes canais:

- por meio de mensagem por e-mail: cis-sea@tre-sc.jus.br;
- pelo telefone (48) 3251-7464;
- pessoalmente, no local da prestação dos serviços.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os serviços deverão ser realizados em até 20 (vinte) dias, contados a partir da autorização da SEA para o início da execução dos serviços.

A autorização da SEA ficará condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações do licitante vencedor no prazo de **até 10 (dez) dias**, contados do recebimento do Contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:

- a. Apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelos serviços.
- b. Providenciar e entregar à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESC o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, devidamente registrados nos devidos conselhos (CRT-SC; CREA-SC; CAU-SC), de execução dos serviços contratados.
- c. Se for o profissional responsável técnico for Engenheiro Civil, apresentar o visto do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 1121, de 13.12.2019, do CONFEA, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita no CREA de origem.
- d. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEA/CIS/TRESC no local onde serão realizados os serviços.
- e. Fornecer à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESC a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.

A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 3 (três) dias úteis contados da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura, por meio do e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br.

A CONTRATADA deve definir estratégia de trabalho que minimize inconvenientes aos usuários da edificação, privilegiando a execução de serviços que possam causar ruído e poeira durante a parte da manhã, visto que o horário de trabalho na sede dá-se prioritariamente no período vespertino.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O TRESA disponibilizará os pontos de energia e fornecimento de água para a execução dos serviços.

Todas as medidas e cotas apresentadas no projeto são indicativas, devendo ser confirmadas no local.

A autorização para faturamento fica condicionada à emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços pela gestão do contrato.

O Gestor do Contrato somente atestará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

1.4. Prazos de Garantia

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 1 (um) ano, contados a partir do recebimento definitivo.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.5. Acompanhamento do Contrato

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto ao Gestor da Contratação, qual seja, a servidora titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura SEA/CIS/TRESA, ou seu substituto, ou seu superior imediato, pelo e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

O Gestor da Contratação terá autoridade para:

- a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos projetos ou demais documentos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) aprovar materiais similares propostos pela CONTRATADA, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESA.

A existência desse acompanhamento não exige a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) *30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.*

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.10. Qualificação Técnica

O responsável técnico pelos serviços será Engenheiro Civil, Arquiteto ou Técnico em Edificações / Construção Civil, com formação plena, devidamente inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) da região.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas no subitem 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.2.1 poderão



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.3.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.3.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.3.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor do contrato;

1.11.3.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor do contrato;

1.11.3.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESA, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

1.11.4. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.5. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea "c" do subitem 1.11.4 são de competência do Presidente do TRESA.

1.11.6. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.6.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.6, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.6.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.7. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.4, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.8. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.8.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.8.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.8.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 11.4 exaure-se a esfera administrativa.